

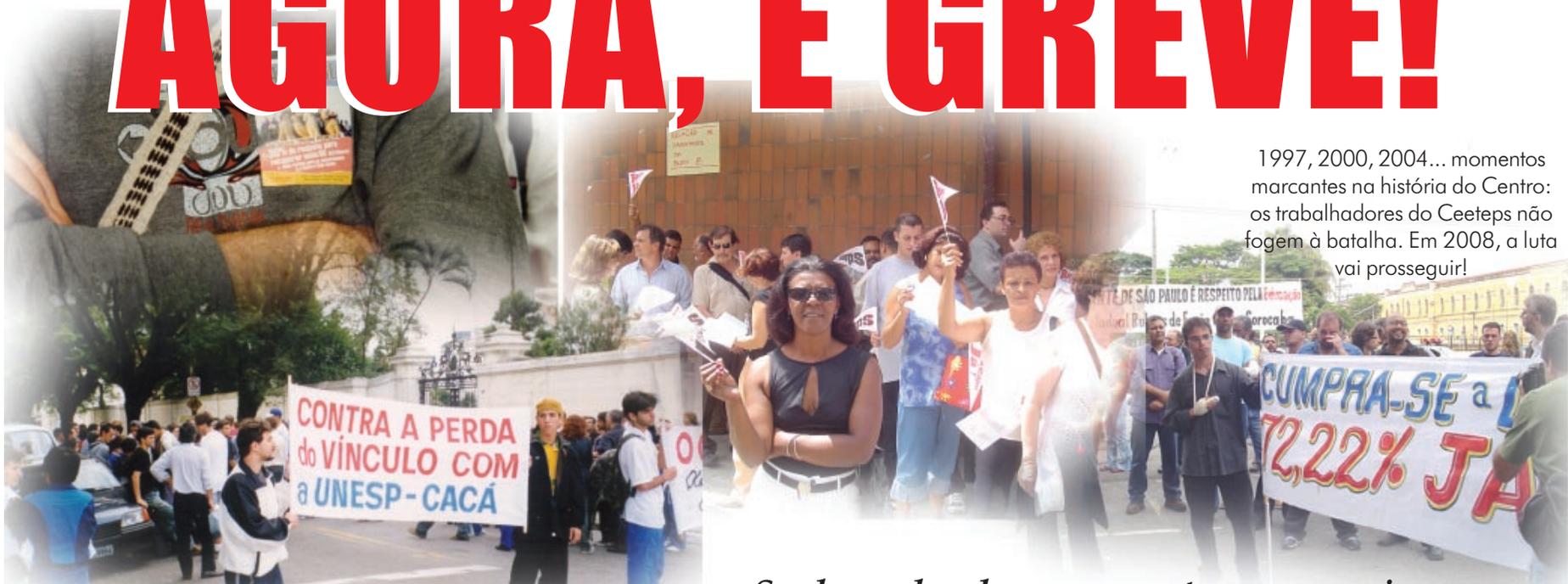
Feliz novo ano de sonhos,
batalhas e conquistas!

Na página 12, a mensagem
de fim de ano do Sinteps

Porque você é o centro

*Em 2007, tivemos ZERO de reajuste!
Em 2008, depende da nossa luta!*

AGORA, É GREVE!



1997, 2000, 2004... momentos marcantes na história do Centro: os trabalhadores do Ceeteps não fogem à batalha. Em 2008, a luta vai prosseguir!

Se depender do governo, teremos mais um ano de arrocho salarial. A resposta depende de nós. Chega de humilhação! Não vamos começar o semestre letivo! Vamos à greve a partir de 1º de março. Confira todos os detalhes nas matérias das páginas 2 a 7.

Entenda o índice que estamos reivindicando.

Página 4

Sinteps questiona terceirização.

Página 5

As misteriosas carreiras do Centro e o Enigma da Esfinge.

Página 6

A nossa luta por mais verbas para o ensino público.

Página 8



Editorial

A hora da greve.

Os trabalhadores do Centro Paula Souza estão sentindo na pele os efeitos perversos da política tucana à frente do estado mais rico da federação. Na contramão do discurso que aponta a educação como prioridade e que freqüenta quase que diariamente a grande imprensa, o que temos é uma situação lastimável: salários arrochados, más condições de trabalho, criação de unidades fantasmas (sem infra-estrutura e quadro de pessoal insuficiente) etc etc.

O problema do Centro Paula Souza não é isolado. A política neoliberal, da qual o tucanato é entusiasta, a exemplo do que também ocorre com o governo federal, tem como eixo a desresponsabilização do Estado frente às demandas da população, como bem aponta matéria na página 9, retratando palestra feita em nosso Sindicato. O objetivo é retirar direitos da classe trabalhadora e ampliar os ganhos do capital privado.

Só a organização e a luta dos trabalhadores podem virar esse jogo. A história é sábia em nos mostrar que o caminho da conquista passa, necessariamente, pela luta. Em 2000 e em 2004, foi assim. Nestes anos, uma greve forte e organizada foi o passaporte para vermos atendidas parcialmente as nossas reivindicações. Nos dois casos, os trabalhadores do Centro protagonizaram grandes mobilizações e tiveram conquistas. Em 2000, além da continuidade do vínculo entre Ceeteps e Unesp, fundamental na luta contra qualquer tentativa de privatização do Centro, conquistamos um índice de 5%. Em 2004, embora insistisse em nos negar qualquer reposição, o governo foi forçado a conceder 10%. Em 2005, ainda como produto da luta de 2004, os funcionários receberam 11% e os docentes tiveram 20%. Vale lembrar que o reajuste diferenciado, duramente criticado pelo Sinteps, foi proposto pela própria superintendência Centro.

Em 2008, vamos repetir a garra de 2000 e de 2004! A hora é de mobilização! Fique atento a todas as convocações do Sindicato! Participe ativamente! Lute por seus direitos!

Expediente

Órgão Informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Ceeteps, do Ensino Público Estadual Técnico, Tecnológico e Profissional do Estado de São Paulo. Praça Coronel Fernando Prestes, 74 - Bom Retiro.
Cep 01124-060 - São Paulo - SP. Fones: (11) 3313-1528 e (11) 3313-5385.
E-mail: sinteps@uol.com.br - Site: <http://www.sinteps.org.br>
Jornalista Resp.: Bahiji Haje (bah@travelnet.com.br)
Tiragem: 3.000 exemplares

Bônus de Mérito

Muita enrolação, pouco dinheiro!

Ao contrário do que aconteceu com o pessoal da Rede Estadual, o governador José Serra demorou para enviar o projeto de autorização do pagamento do Bônus Mérito para a Assembléia Legislativa. Isso só aconteceu no início de novembro. Após a aprovação, a lei foi publicada no dia 29/11. As emendas enviadas pelo Sinteps, propondo aumento nos valores e critérios claros de avaliação, não foram acatadas pelos parlamentares.

A lei aprovada estabelece o seguinte:

- O valor do bônus varia entre 0,60 a 1,70 salário. A definição levará em conta "a freqüência apresentada no exercício de 2007, a avaliação de desempenho profissional, o tempo de serviço prestado ao Ceeteps e a avaliação institucional da unidade de ensino, de conformida-

de com os critérios a serem estabelecidos por decreto".

- Têm direito os trabalhadores que estiverem vinculados ao Centro em 1º/12/2007, tendo o mínimo de 90 dias de exercício da função. O mês de referência é novembro/2007.

- Antecipação de um valor de 60% do salário, tendo como referência a folha de pagamento de julho/2007, pago em quatro parcelas. A antecipação será descontada do valor total do Bônus, a ser pago no início de 2008.

Pagamento

As quatro parcelas (que correspondem a 60% do salário) foram pagas de uma só vez, em 5 de dezembro. Posteriormente, via decreto do governo, as unidades serão orientadas sobre como avaliar os trabalhadores.

O humor nosso de cada dia...



Arthur

Campanha salarial

Em 2007, tivemos ZERO de reajuste! E em 2008?

A resposta depende de nós. Chega de humilhação! Não vamos começar o semestre letivo! Vamos à greve a partir de 1º de março

A situação dos trabalhadores do Centro Paula Souza é humilhante e insustentável. Anos seguidos de arrocho salarial e ataques diretos às condições de trabalho da categoria nos levaram ao limite. Estamos há três anos sem nenhum tipo de reposição salarial (a última correção veio em 2005), sem implantação de novas carreiras (não há enquadramento desde 1994), sem realização de concursos, sem correção nos vales transporte e refeição... É hora de mostrarmos que temos dignidade e sabemos lutar por nossos direitos.

Na assembléia geral realizada no dia 10 de outubro, em São Paulo, a decisão foi unânime: vamos deflagrar uma greve geral da categoria a partir de 1º de março de 2008. Sem reajuste e valorização do nosso trabalho, a proposta é não começar o primeiro semestre letivo.

A decisão da assembléia baseia-se em três rodadas de assembléias setoriais. Nas unidades em que foi feita a consulta, cerca de 50% dos que opinaram são favoráveis à greve, o que indica um crescente grau de descontentamento da categoria. Com base nestes resultados, a assembléia avaliou que é possível – e necessário – fazer a greve da categoria.

A partir de agora, vamos preparar a mobilização. Após a assembléia do dia 10/10, o Conselho de Diretores de Base (CDB) do Sinteps realizou várias reuniões. Em janeiro, no dia 31, nova reunião está prevista, com o objetivo de definir um conjunto de materiais agitativos (cartilhas, boletins,



jornal, panfletos, cartazes etc) para a greve.

Arrogância

Na última audiência pública da Lei Orçamentária (LO) 2008, promovida pela Assembléia Legislativa, no dia 27 de outubro, o deputado Barros Munhoz, líder do governo naquela casa, disse que não está previsto em 2007, e nem em 2008, qualquer reajuste para nenhuma categoria do funcionalismo. E disse isso com toda a tranquilidade e arrogância que caracterizam a espécie tucana.

Ou seja, o governo está tranqüilo, pois deduz que não haverá reação dos servidores públicos. Eles não perdem por esperar... pois nós vamos à luta!

Dia 29/2 tem ato conjunto com o funcionalismo

Várias categorias do funcionalismo paulista, em situação de arrocho semelhante à nossa, também planejam parar em 2008. Nosso Sindicato vem participando de seguidas reuniões conjuntas com as entidades representativas destas categorias, na tentativa de deslançar um movimento conjunto. Nesse sentido, já está marcado para o dia 29 de fevereiro, véspera do início da nossa greve, um grande ato unificado, em frente ao Palácio do Governo.

Todos os detalhes sobre o ato serão amplamente divulgados nos próximos jornais e boletins. Fique atento!

Você sabia que o salário inicial dos funcionários do Ceeteps é de R\$ 341,46?



Incompetência ou descaso?

Foi preciso um tempo de quase sete meses para que a superintendência do Ceeteps se dignasse a responder a nossa Pauta de Reivindicações da database 2007. O documento foi protocolado pelo Sinteps no dia 1º de março, database da categoria, mas nenhuma reunião foi agendada desde então. Somente em 14/9 chegou um ofício de resposta.

Em resumo, a superintendência considera-se “incompetente” para responder a uma parte das reivindicações, como as de cunho salarial, remetendo-as à responsabilidade direta do governo. Em outras, de tipo específico, que poderiam ser solucionadas tranqüilamente no âmbito do Centro, também não há disposição de diálogo... e muita enrolação.

Por exemplo, o item 4 da Pauta, referente ao item “Atualização Profissional”, reivindica que o Ceeteps ofereça, gratuitamente, cursos de atualização profissional, a serem ministrados para todos os servidores docentes e não docentes, de acordo com a demanda configurada em pesquisa prévia, a ser feita conjuntamente pelo Sinteps e Centro. É óbvio que um mínimo de boa vontade da superintendência seria sufi-

ciente para gerar uma contraproposta a este item, uma vez que a atualização dos trabalhadores interessa diretamente ao empregador. Porém, a resposta contida no ofício sequer menciona este ponto.

Muitos outros itens poderiam ser atendidos diretamente pela superintendência. É o caso do item 25, que versa sobre “Atestados de profissionais de saúde”. O Sindicato propõe-se a contratar um médico do Trabalho para a emissão de atestados para fins de abono de faltas dos trabalhadores regidos pela CLT. Muito embora não haja qualquer custo para o Ceeteps nesta proposta, e sim para o Sinteps, a superintendência não se dignou a responde-la. O item 30, previsto no tópico “Liberdade de Organização Sindical”, que pede a garantia de efetivo exercício a filiados do Sindicato para participação em cursos, seminários, palestras e congressos promovidos pelo Sinteps, é outro exemplo. Como de praxe, não há resposta.

Nos tópicos relativos à política salarial e à valorização profissional, a superintendência repete, à exaustão, que tudo será solucionado com o Plano de Carreira dos Docentes e o Plano de Salários e Sistema Retribuítorio do Pessoal Técnico e Administrativo (*sobre as carreiras, veja matéria na página 6*).

Em alguns poucos itens, a superintendência limita-se a dizer que está “fazendo estudos”. É o caso da ampliação do valor e da abrangência do Auxílio-Criança, do pedido de abono de faltas para acompanhamento escolar dos filhos etc.

Em suma, o que se nota no tardio ofício da superintendência é um conjunto de respostas burocráticas. O mínimo que se poderia esperar da direção do Centro é uma real tentativa de defender os direitos dos trabalhadores do Centro, com uma efetiva intermediação com o governo.



O secretário adjunto (ao centro) e a superintendente (à sua esq.): descaso com os trabalhadores do Centro

Campanha salarial

Três ba

Qual é o tamanho da nossa perda?

Na data-base 2007, a reivindicação salarial dos trabalhadores do Ceeteps foi de 65%. Esse é o percentual necessário para igualar nossos salários aos do pessoal das universidades. Em 2008, será necessário atualizar esse percentual, uma vez que os servidores e docentes da Unesp, USP e Unicamp, como mostra matéria na página 6, tiveram novo reajuste.

Para entender esse índice, é preciso lembrar que, desde 1989, a política salarial instituída para os trabalhadores do Centro previa a concessão dos mesmos índices dados aos salários do pessoal das universidades estaduais paulistas. Essa regra está prevista legalmente, através de resoluções e portarias da Unesp, baixadas em decorrência do decreto 20.833/83, que passou à Universidade o status de gerenciadora dos recursos humanos do Ceeteps. Também está amparada no vínculo e associação do Centro à Unesp, estabelecidos pela lei estadual 952/76 e pelo Decreto de Lei Complementar 07/69. Na prática, esse conjunto de leis determina que os trabalhadores do Centro

recebam todas as correções salariais negociadas pelos reitores da Unesp, USP e Unicamp.

A partir de 1996, com o início da era tucana, a lei passou a ser ignorada pelo governador Mário Covas, prática repetida por seus sucessores. Com isso, as perdas foram batendo na estratosfera e, atualmente, precisamos de 65% para nos igualar aos percentuais pagos pelo Cruesp e iniciar a recuperação salarial da categoria. E esse número só não é maior (já chegou a 72%) devido à sistemática mobilização da categoria, com destaque para as histórias greves de 2000 e 2004.

O que pede a nossa pauta

O Sinteps protocolou a pauta de reivindicações 2007 junto à superintendência do Centro no dia 1º de março, mês de data-base do funcionalismo paulista, e solicitou que fossem agendadas reuniões de negociação. A

diretora superintendente, professora Laura Laganá, limitou-se a nos enviar um ofício, no dia 14/9, dizendo-se “incompetente”, como mostra box na página anterior, para responder à maior parte das reivindicações. Em 2008, a pauta será atualizada e, novamente, entregue à superintendência e ao governo.

Na pauta de 2007, são três os eixos prioritários:

- Reajuste salarial de 65% (percentual necessário para resgatar as perdas acumuladas pela não aplicação dos índices do Conselho de Reitores das universidades estaduais/ Cruesp desde 1996 e iniciar um processo de recuperação salarial).
- Enquadramento dos servidores técnico-administrativos (desde 1994, não há evolução funcional na carreira em vigor, vigente na Unesp).
- Manutenção do emprego.

Você sabia que os professores, contratados por hora-aula, iniciam com R\$ 6,09 nas ETE's e R\$ 8,10 nas FATEC's?



Em várias oportunidades, os trabalhadores do Centro participaram de manifestações conjuntas com outras categorias do funcionalismo. Na foto, ato realizado em junho de 2004

Nossa data-base é conjunta

Até 2005, a data-base dos trabalhadores do Ceeteps - docentes e servidores - era conjunta com o pessoal das universidades estaduais paulistas, em maio. Em dezembro de 2005, no entanto, foi aprovada na Assembléia Legislativa de SP uma lei unificando a data-base do funcionalismo paulista (com exceção das universidades) em 1º de março, na qual se incluem os trabalhadores do Centro.

Sindicato questiona Secretaria sobre terceirização no Centro

Em setembro, teve início no Centro Paula Souza, em quase todas as unidades, a terceirização dos serviços gerais e de vigilância. Para a realização destes serviços, até então desempenhados por servidores concursados, passaram a ser contratadas empresas terceirizadas.

A situação leva a problemas sérios. De um lado, fragmenta a categoria, criando trabalhadores com direitos e deveres diferenciados. De outro, cria uma "saia justa" para os profissionais de vigilância e de serviços gerais do Centro, todos concursados, que estão sendo pressionados, em várias unidades, a desempenhar outras atividades (desvio de função).

No dia 26 de novembro de 2007, o Sinteps enviou um ofício (093/07) ao secretário adjunto da Secretaria de Desenvolvimento, Carlos Pacheco, cobrando explicações sobre o assunto.

Um dos trechos do ofício diz: "Se o direcionamento do governo é pela terceirização destes e de outros serviços, como destaca a Revista SP.GOV, de maio de 2007, para quem está sendo proposta a carreira do pessoal administrativo do Ceeteps, visto que a zeladoria e a vigilância repre-



sentam 70% do pessoal administrativo concursado do Centro?"

Carreira

No mesmo ofício, o Sinteps cobra do secretário adjunto o cumprimento da promessa de divulgação das propostas de carreiras do pessoal administrativo e do pessoal docente, com as alterações sofridas nas várias instâncias de governo percorridas por ambas. Em reunião mantida com dirigentes do Sinteps, no dia 5/11, Pacheco havia se comprometido a divulgá-las, caso os referidos projetos não dessem entrada na Assembléia Legislativa até o dia 1º de dezembro.

Até o fechamento desta edição do *Sinteps Journal*, no dia 10/12/2007, não houve resposta da Secretaria de Desenvolvimento ao ofício do Sindicato.

Assembléia aprova proposta orçamentária para 2008

A assembléia geral ordinária realizada no dia 30 de novembro, na sede do Sinteps, aprovou a proposta orçamentária da entidade para o próximo ano. Confira abaixo:

1 - RECEITAS	Mês base: out/2007	Mensal	Anual	Corrigido
Prodesp	21.719,64			
Mensalidades NCNS	331,75			
Mensalidades Banespa	440,91			
Total das Receitas	22.492,30	22.492,30	269.907,60	279.354,36
2 - DESPESAS				
2.1. Campanha salarial	5%			
2.1.1. Transporte		1.124,61	13.495,35	13.967,69
2.1.2. Publicação				
2.1.3. Alimentação				
2.1.4. Correio				
2.2. Salários/Encargos	20%	4.498,46	53.981,50	55.870,85
2.3. Serviços de terceiros	20%	4.498,46	53.981,50	55.870,85
2.3.1. Assessoria Jurídica				
2.3.2. Assessoria Contábil				
2.3.3. Assessoria Imprensa				
2.3.4. Assessorias diversas				
2.4. Trabalho de base	50%	11.246,16	134.953,90	139.677,28
2.4.1. Reuniões				
2.4.2. Transportes/viagens				
2.4.3. Hospedagem				
2.4.4. Correio				
2.4.5. Cursos/palestras				
2.4.6. Congressos				
2.4.7. Form. quad. Diret. Reg.				
2.4.8. Ajuda de custos				
2.4.9. Contr. Entid. Sindicais				
2.4.10. Cultura/Esporte/Lazer				
2.4.11. Assinat. (Internet etc)				
2.4.12. Contratos				
2.4.13. Publicações do Sinteps				
2.5. Despesas administrativas	5%	1.124,61	13.495,35	13.967,69
2.5.1. Material de exped.				
2.5.2. Contas de telefone				
2.5.3. Taxas bancárias				
2.5.4. Manutenção do imóvel				
2.5.5. Manutenção de equip.				
2.5.6. Copa e cozinha				
2.5.7. Materiais de limpeza				
Total das despesas	100%	22.492,30	269.907,60	279.354,36

Obs: A correção anual foi calculada com base numa inflação anual de 3,5%. Os valores excedentes entre o efetivo gasto e o valor provisionado serão revertidos para o fundo de reserva.

você está no **orkut?**

O Sinteps também!

Participe da comunidade do seu Sindicato:
www.orkut.com/Community.aspx?cmm=39562258
 (ou busque a palavra Sinteps).

Mais uma via de comunicação entre a categoria e a sua entidade.



Quem luta, conquista!

Pessoal das universidades teve reajuste e continua na luta para transformar abono em parcela fixa

Unesp, USP e Unicamp foram palco de lutas memoráveis neste ano. Além da data-base, os ataques do recém-emposado José Serra fizeram servidores, docentes e estudantes protagonizarem uma forte greve, recheada de manifestações, passeatas e ocupações estudantis.



O resultado da mobilização foi bastante positivo. De um lado, obrigou Serra a recuar parcialmente e a restituir a autonomia das universidades. Por outro, forçou os reitores a concederem melhorias nos salários. Em maio, houve uma reposição de 3,37% e, em novembro, 1,5% de reajuste e abono de R\$ 400,00 para todos.

Inicialmente, ancorados na política do governo Serra, os reitores não tinham a intenção de conceder qualquer reajuste, mas foram forçados a mudar de idéia. Insatisfeitos, servidores e docentes ainda pleiteiam o pagamento de um reajuste em forma de parcela

fixa (R\$ 200,00 para todos), como forma de diminuir a distância entre as várias faixas salariais.

Os companheiros das universidades mostraram uma combatividade merecedora de elogios na mobilização deste ano, que não foi apenas por salários, mas também em defesa de mais recursos para o ensino público e da autonomia das universidades públicas. O Sinteps, entidade irmã dos sindicatos da Unesp, USP e Unicamp e parte integrante do Fórum das Seis, apoiou ativamente o movimento. Em 2008, vamos mostrar que também somos bons de luta!

Novas ações poderão ser impetradas a partir de janeiro

O Departamento Jurídico do Sinteps informa aos trabalhadores que enviarão documentação que serão impetradas, até o final de dezembro, todas as ações relativas ao pedido de onomia em relação ao grupo de professores de Sorocaba, que ganharam na stíça a incorporação aos salários de um dice de cerca de 21%, relativo a reajus- s pagos ao pessoal das universidades taduais paulistas e não repassados aos trabalhadores do Centro. Para os que ainda não enviaram os documentos (a lista pode ser conferida no site do Sinteps), os advogados do Sindicato lembram que novos grupos só serão ajuizados a partir de janeiro, após o recesso forense.

Para entender a origem da ação de isonomia, é preciso relembrar alguns fatos. A ação ganha pelos

professores de Sorocaba é produto direto de uma luta de muitos anos, encabeçada pelo Sinteps, em defesa da manutenção do vínculo do Centro com a Unesp. A luta organizada da categoria - manifestações, greves e esclarecimentos à população - conseguiu barrar, até o momento, as ofensivas do governo tucano para quebrá-lo.

A diretoria do Sinteps é parte atuante do Fórum das Seis, que engloba os sindicatos e representações estudantis das universidades estaduais e do Ceeteps, e procura sempre colocar em destaque o debate sobre o vínculo, envolvendo as demais entidades em sua defesa. Além de provar exaustivamente a legalidade do vínculo, o Sindicato tenta mostrar as intenções que estão por trás das investidas do governo: isolamento do Ceeteps e sua privatização.

Decifra-me ou devoro-te!

Envoltas em mistério, carreiras do Centro são usadas como justificativa para arrocho

Diz a lenda que uma Esfinge, uma besta com cabeça de mulher e corpo de animal, vivia atormentando os que se aproximavam da cidade grega de Tebas. Ela formulava um enigma aos viajantes e, diante da resposta errada, os devorava.

Em tempos modernos, parece que os tucanos de plantão decidiram ressuscitar a velha lenda. Incorporaram a Esfinge e usam a carreira dos docentes e funcionários do Centro como enigma. Nas poucas reuniões que os dirigentes do Sinteps conseguiram agendar com o governo - sempre sendo recebidos pelo secretário-adjunto da Secretaria de Desenvolvimento, Carlos Pacheco -, a carreira foi usada como desculpa para negar qualquer reajuste. Segundo Pacheco, em lugar de reajuste, o governo está preparando uma carreira "muito boa", que implica uma "melhora sensível" no reequilíbrio dos trabalhadores do Centro. Porém, tal proposta estaria enfrentando resistências das Secretarias de Planejamento e da Fazenda, pois seria "muito melhor" do



Em 2002, a Superintendência promoveu um plebiscito sobre sua proposta de carreira

que a carreira do restante do funcionalismo.

"As propostas de carreira para o Centro que conhecemos são muito ruins. Por que deveríamos acreditar que a atual proposta em tramitação no governo seja diferente", questionou a presidente do Sinteps, Neusa Santana Alves.

"É a nossa carreira que está em jogo e nós sequer podemos conhecer a proposta antes que vá à Assembleia", criticou a diretora Silvia Elena de Lima.

Reajuste do Cruesp/isonomia

Além da luta política, o Sindicato também trava a batalha judicial, especificamente para pleitear os mesmos índices pagos ao pessoal das universidades. Como se sabe, a partir de 1989, por força de lei, a política salarial vigente para os trabalhadores do Centro passou a garantir os mesmos índices dados aos salários na Unesp, USP e Unicamp. A isonomia está prevista em resoluções e portarias da Unesp, baixadas em decorrência do decreto 20.833/83, que passou àquela Universidade o status de gerenciadora dos recursos humanos do Ceeteps. Também está amparada no vínculo e associação do Centro à Unesp, estabelecidos pela lei estadual 952/76 e pelo Decreto de Lei Complementar 07/69. Por isso, todos os reajustes concedidos pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais

Misterioso, o secretário-adjunto negou-se a detalhar valores e limitou-se a dizer que espera que o projeto-de-lei com a proposta seja enviado ainda este ano para a Assembleia Legislativa. Após muita cobrança por parte do Sindicato, comprometeu-se a divulgar a proposta no dia 1º/12, caso o projeto não tenha sido enviado à Alesp até essa data. Embora o Sinteps houvesse cobrado a promessa, Pacheco não cumpriu a palavra (veja matéria na pág. 5).

Ainda este ano

De acordo com informações obtidas pelo Sinteps, o governo continua afirmando que enviará os projetos de carreira do pessoal do Centro para a Alesp ainda em dezembro, possivelmente até o dia 15. Vamos aguardar para ver. Se as propostas forem boas, terão nosso aplauso. Porém, se o enigma da Esfinge tucana revelar-se ruim para os trabalhadores, teremos mais um bom motivo para fortalecer nossa greve a partir de 1º de março.



Da esq. p/ a dir., Salomão, Rosamaria, Rubens, Gustavo e Carlos



Novos Diretores de Base tomam posse

Em sua reunião de 18/9/2007, o CDB deu posse a cinco novos Diretores de Base, eleitos entre os dias 20 e 22 de agosto. São eles:

ETE Jorge Street (São Caetano):
Rosamaria Aparecida Silva e Salomão Choueri Júnior, ambos como suplentes.

ETE Prof. Dr. Antônio E. Toledo (Presidente Prudente):
Rubens Leão Cavalcanti (titular).

ETE Philadelpho Gouvêa Netto (São José do Rio Preto):
Gustavo de Castro Morande (titular).

ETE de Hortolândia:
Carlos Roberto Gonçalves Teixeira (titular).

Fazendo uma saudação aos presentes, Gustavo destacou que é novo no Sindicato e que sua meta inicial é aumentar o número de filiados à entidade. "Acho que é tarefa de todos nós, trabalhadores do Centro, fortalecer a nossa representação sindical." Rubens também considera a filiação uma das principais tarefas de seu mandato como Diretor de Base. "Temos muitos colegas de trabalho que ainda não atentaram para a importância de agirmos coletivamente", ressaltou. Carlos comentou que está na categoria há 19 anos, mas que ainda é novo em termos de engajamento sindical. "Tenho muito a aprender e estou à disposição da luta." O Sinteps deseja boas-vindas a todos. Que tenham uma gestão enriquecedora, pessoal e politicamente, para si e para o conjunto da categoria.

Tempos de campanha eleitoral

Assim como seu antecessor, Serra continua fazendo das ETE's e FATEC's o carro chefe das campanhas eleitorais do PSDB. No dia 9 de novembro, ele esteve em Marília, onde inaugurou o laboratório do curso de Tecnologia de Alimentos da FATEC local. O governador anunciou que o número de vagas será bastante ampliado nas ETE's e nas FATEC's durante o seu governo. "Este é o programa mais importante do governo

em matéria de recursos humanos", disse (*Jornal da Manhã*, 10/11/2007). "Vocês não calculam a satisfação que tive de visitar a sala dos alunos. Eles são aplicados, entusiasmados e sabem que vão ter emprego", proseguiu Serra. Ele também lembrou que o ensino médio do Centro Paula Souza é o melhor em âmbito estadual, segundo dados do Exame Nacional do Ensino Médio

Protesto em Hortolândia



O Diretor de Base da ETE de Hortolândia, Carlos Roberto Gonçalves Teixeira, não se deixou pressionar e encarou um protesto que chamou a atenção da cidade. No dia 5 de outubro, o gerente regional do Ceeteps, Celso Antônio Gaiote, esteve na ETE, em reunião com a secretária municipal de Educação, Jacyra Aparecida Santos Souza, a diretora da unidade, Aparecida Bergamin Girardi, e empresários da cidade. Durante a reunião, foi discutida a possibilidade de novos cursos e ampliação de vagas nos cursos já existentes. Carlos Roberto empunhou uma faixa, alertando que a ampliação não vem acompanhada de recursos e que os trabalhadores estão com os salários arrochados. A iniciativa rendeu várias matérias na imprensa local. Na foto, confira a cena do protesto (no destaque, o Diretor de Base).

(ENEM). Finalizando, reforçou que o "coração" de seu governo é a educação, inclusive a técnica. Melhor que isso... só se fosse verdade! Ou será que o governador pretende aumentar os recursos para o Ceeteps, na mesma proporção em que cria unidades e aumenta vagas? Ou será que pretende repor ao menos parte da defasagem nos salários dos trabalhadores do Centro?

Quem luta, conquista!

Pessoal das universidades teve reajuste e continua na luta para transformar abono em parcela fixa

Unesp, USP e Unicamp foram palco de lutas memoráveis neste ano. Além da data-base, os ataques do recém-emposado José Serra fizeram servidores, docentes e estudantes protagonizarem uma forte greve, recheada de manifestações, passeatas e ocupações estudantis.



O resultado da mobilização foi bastante positivo. De um lado, obrigou Serra a recuar parcialmente e a restituir a autonomia das universidades. Por outro, forçou os reitores a concederem melhorias nos salários. Em maio, houve uma reposição de 3,37% e, em novembro, 1,5% de reajuste e abono de R\$ 400,00 para todos.

Inicialmente, ancorados na política do governo Serra, os reitores não tinham a intenção de conceder qualquer reajuste, mas foram forçados a mudar de idéia. Insatisfeitos, servidores e docentes ainda pleiteiam o pagamento de um reajuste em forma de parcela

fixa (R\$ 200,00 para todos), como forma de diminuir a distância entre as várias faixas salariais.

Os companheiros das universidades mostraram uma combatividade merecedora de elogios na mobilização deste ano, que não foi apenas por salários, mas também em defesa de mais recursos para o ensino público e da autonomia das universidades públicas. O Sinteps, entidade irmã dos sindicatos da Unesp, USP e Unicamp e parte integrante do Fórum das Seis, apoiou ativamente o movimento. Em 2008, vamos mostrar que também somos bons de luta!

Novas ações poderão ser impetradas a partir de janeiro

O Departamento Jurídico do Sinteps informa aos trabalhadores que enviarão documentação que serão impetradas, até o final de dezembro, todas as ações relativas ao pedido de onomia em relação ao grupo de professores de Sorocaba, que ganharam na stíça a incorporação aos salários de um dice de cerca de 21%, relativo a reajus- s pagos ao pessoal das universidades taduais paulistas e não repassados aos trabalhadores do Centro. Para os que ainda não enviaram os documentos (a lista pode ser conferida no site do Sinteps), os advogados do Sindicato lembram que novos grupos só serão ajuizados a partir de janeiro, após o recesso forense.

Para entender a origem da ação de isonomia, é preciso relembrar alguns fatos. A ação ganha pelos

professores de Sorocaba é produto direto de uma luta de muitos anos, encabeçada pelo Sinteps, em defesa da manutenção do vínculo do Centro com a Unesp. A luta organizada da categoria - manifestações, greves e esclarecimentos à população - conseguiu barrar, até o momento, as ofensivas do governo tucano para quebrá-lo.

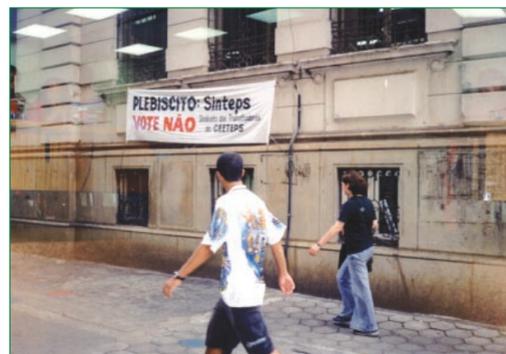
A diretoria do Sinteps é parte atuante do Fórum das Seis, que engloba os sindicatos e representações estudantis das universidades estaduais e do Ceeteps, e procura sempre colocar em destaque o debate sobre o vínculo, envolvendo as demais entidades em sua defesa. Além de provar exaustivamente a legalidade do vínculo, o Sindicato tenta mostrar as intenções que estão por trás das investidas do governo: isolamento do Ceeteps e sua privatização.

Decifra-me ou devoro-te!

Envoltas em mistério, carreiras do Centro são usadas como justificativa para arrocho

Diz a lenda que uma Esfinge, uma besta com cabeça de mulher e corpo de animal, vivia atormentando os que se aproximavam da cidade grega de Tebas. Ela formulava um enigma aos viajantes e, diante da resposta errada, os devorava.

Em tempos modernos, parece que os tucanos de plantão decidiram ressuscitar a velha lenda. Incorporaram a Esfinge e usam a carreira dos docentes e funcionários do Centro como enigma. Nas poucas reuniões que os dirigentes do Sinteps conseguiram agendar com o governo - sempre sendo recebidos pelo secretário-adjunto da Secretaria de Desenvolvimento, Carlos Pacheco -, a carreira foi usada como desculpa para negar qualquer reajuste. Segundo Pacheco, em lugar de reajuste, o governo está preparando uma carreira "muito boa", que implica uma "melhora sensível" no reequilíbrio dos trabalhadores do Centro. Porém, tal proposta estaria enfrentando resistências das Secretarias de Planejamento e da Fazenda, pois seria "muito melhor" do



Em 2002, a Superintendência promoveu um plebiscito sobre sua proposta de carreira

que a carreira do restante do funcionalismo.

"As propostas de carreira para o Centro que conhecemos são muito ruins. Por que deveríamos acreditar que a atual proposta em tramitação no governo seja diferente", questionou a presidente do Sinteps, Neusa Santana Alves.

"É a nossa carreira que está em jogo e nós sequer podemos conhecer a proposta antes que vá à Assembleia", criticou a diretora Silvia Elena de Lima.

Reajuste do Cruesp/isonomia

Além da luta política, o Sindicato também trava a batalha judicial, especificamente para pleitear os mesmos índices pagos ao pessoal das universidades. Como se sabe, a partir de 1989, por força de lei, a política salarial vigente para os trabalhadores do Centro passou a garantir os mesmos índices dados aos salários na Unesp, USP e Unicamp. A isonomia está prevista em resoluções e portarias da Unesp, baixadas em decorrência do decreto 20.833/83, que passou àquela Universidade o status de gerenciadora dos recursos humanos do Ceeteps. Também está amparada no vínculo e associação do Centro à Unesp, estabelecidos pela lei estadual 952/76 e pelo Decreto de Lei Complementar 07/69. Por isso, todos os reajustes concedidos pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais

Misterioso, o secretário-adjunto negou-se a detalhar valores e limitou-se a dizer que espera que o projeto-de-lei com a proposta seja enviado ainda este ano para a Assembleia Legislativa. Após muita cobrança por parte do Sindicato, comprometeu-se a divulgar a proposta no dia 1º/12, caso o projeto não tenha sido enviado à Alesp até essa data. Embora o Sinteps houvesse cobrado a promessa, Pacheco não cumpriu a palavra (veja matéria na pág. 5).

Ainda este ano

De acordo com informações obtidas pelo Sinteps, o governo continua afirmando que enviará os projetos de carreira do pessoal do Centro para a Alesp ainda em dezembro, possivelmente até o dia 15. Vamos aguardar para ver. Se as propostas forem boas, terão nosso aplauso. Porém, se o enigma da Esfinge tucana revelar-se ruim para os trabalhadores, teremos mais um bom motivo para fortalecer nossa greve a partir de 1º de março.



Da esq. p/ a dir., Salomão, Rosamaria, Rubens, Gustavo e Carlos



Novos Diretores de Base tomam posse

Em sua reunião de 18/9/2007, o CDB deu posse a cinco novos Diretores de Base, eleitos entre os dias 20 e 22 de agosto. São eles:

ETE Jorge Street (São Caetano):
Rosamaria Aparecida Silva e Salomão Choueri Júnior, ambos como suplentes.

ETE Prof. Dr. Antônio E. Toledo (Presidente Prudente):
Rubens Leão Cavalcanti (titular).

ETE Philadelpho Gouvêa Netto (São José do Rio Preto):
Gustavo de Castro Morande (titular).

ETE de Hortolândia:
Carlos Roberto Gonçalves Teixeira (titular).

Fazendo uma saudação aos presentes, Gustavo destacou que é novo no Sindicato e que sua meta inicial é aumentar o número de filiados à entidade. "Acho que é tarefa de todos nós, trabalhadores do Centro, fortalecer a nossa representação sindical." Rubens também considera a filiação uma das principais tarefas de seu mandato como Diretor de Base. "Temos muitos colegas de trabalho que ainda não atentaram para a importância de agirmos coletivamente", ressaltou. Carlos comentou que está na categoria há 19 anos, mas que ainda é novo em termos de engajamento sindical. "Tenho muito a aprender e estou à disposição da luta." O Sinteps deseja boas-vindas a todos. Que tenham uma gestão enriquecedora, pessoal e politicamente, para si e para o conjunto da categoria.

Tempos de campanha eleitoral

Assim como seu antecessor, Serra continua fazendo das ETE's e FATEC's o carro chefe das campanhas eleitorais do PSDB. No dia 9 de novembro, ele esteve em Marília, onde inaugurou o laboratório do curso de Tecnologia de Alimentos da FATEC local. O governador anunciou que o número de vagas será bastante ampliado nas ETE's e nas FATEC's durante o seu governo. "Este é o programa mais importante do governo

em matéria de recursos humanos", disse (*Jornal da Manhã*, 10/11/2007). "Vocês não calculam a satisfação que tive de visitar a sala dos alunos. Eles são aplicados, entusiasmados e sabem que vão ter emprego", proseguiu Serra. Ele também lembrou que o ensino médio do Centro Paula Souza é o melhor em âmbito estadual, segundo dados do Exame Nacional do Ensino Médio

Protesto em Hortolândia



O Diretor de Base da ETE de Hortolândia, Carlos Roberto Gonçalves Teixeira, não se deixou pressionar e encarou um protesto que chamou a atenção da cidade. No dia 5 de outubro, o gerente regional do Ceeteps, Celso Antônio Gaiote, esteve na ETE, em reunião com a secretária municipal de Educação, Jacyra Aparecida Santos Souza, a diretora da unidade, Aparecida Bergamin Girardi, e empresários da cidade. Durante a reunião, foi discutida a possibilidade de novos cursos e ampliação de vagas nos cursos já existentes. Carlos Roberto empunhou uma faixa, alertando que a ampliação não vem acompanhada de recursos e que os trabalhadores estão com os salários arrochados. A iniciativa rendeu várias matérias na imprensa local. Na foto, confira a cena do protesto (no destaque, o Diretor de Base).

(ENEM). Finalizando, reforçou que o "coração" de seu governo é a educação, inclusive a técnica. Melhor que isso... só se fosse verdade! Ou será que o governador pretende aumentar os recursos para o Ceeteps, na mesma proporção em que cria unidades e aumenta vagas? Ou será que pretende repor ao menos parte da defasagem nos salários dos trabalhadores do Centro?

Defesa do ensino público

Na luta por mais **VERBAS** para o Centro, Sinteps acompanha de perto a tramitação da LO

O orçamento geral do estado de São Paulo é aprovado, todos os anos, pela Assembléia Legislativa. Tudo começa com o envio do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), por parte do governador. O projeto contém as propostas de índices do orçamento para cada setor (educação, saúde, habitação etc) no ano seguinte.

O Fórum das Seis - que agrupa os sindicatos das universidades e o Sinteps - sempre apresenta emendas pleiteando o aumento de recursos para a educação. Historicamente, a reivindicação é de 33% da arrecadação geral paulista para o conjunto da educação pública, aí incluídos 11,6% do ICMS para as universidades estaduais e 2,1% para o Ceeteps.

Em 2005, pela primeira vez, as emendas do Fórum das Seis foram acatadas parcialmente. O relatório final aprovado previa 31% da arrecadação



As audiências da LO em Bauru (esq.) e na capital: Sindicato presente!

ção geral para a educação, 10% do ICMS para as universidades e 1% para o Ceeteps. Coerente com sua política hostil à educação pública, o então governador Geraldo Alckmin vetou o que havia sido aprovado na Alesp, o que detonou uma grande greve de estudantes, professores e funcionários.

Em 2006, aconteceu o mesmo. O plenário da Alesp aprovou 31% da arrecadação geral para a educação, com 10% do ICMS para as universidades e 1% para o Ceeteps. Novamente, o aumento foi vetado pelo governo.

A hora da LO

Após a aprovação da LDO pela Assembléia Legislativa, chega a vez da discussão da Lei Orçamentária (LO). É na LO que os índices aprovados são transformados em valores e ainda é possível apresentar propostas de aumento de recursos para a educação. Pela proposta do governo, a LO 2008 não reserva nada de bom para o Centro: Em termos reais (e não nominais, como o governo insiste em citar), proporcionalmente ao crescimento de vagas o orçamento do Ceeteps para o próximo ano é 15% inferior ao de 2007.

Por meio da bancada do Partido dos Trabalhadores, o Sinteps

apresentou emendas que prevêm recursos correspondentes à dotação de 2,1% do ICMS para o Centro (em caso de possível negociação, uma das emendas flexibiliza o índice para 1% do ICMS). As emendas também prevêm recursos na ordem de R\$ 20 milhões para a expansão de unidades e de vagas, bem como cerca de R\$ 100 milhões para a manutenção da estrutura já existente.

Nos últimos anos, a Alesp vem realizando audiências públicas em várias cidades do estado para receber sugestões e emendas das entidades e da população. O Sinteps participa de todas elas, sempre denunciando a situação de abandono do Ceeteps e apresentando emendas de aumento de recursos.

Em 2007, diretores sindicais e

militantes da categoria participaram da maioria das audiências realizadas (entre os dias 22/10 e 27/11), denunciando a situação do Centro e de seus trabalhadores, bem como defendendo

a aprovação das emendas acima citadas. "Foi uma boa oportunidade de expor a situação do Centro e até fomos procurados pela imprensa local", relata Margarete Angeli, membro da Diretoria Executiva, da



Ato pela derrubada do veto de Alckmin, em 2005: fala a presente do Sinteps, Neusa Santana Alves

ETE de Catanduva. Junto com o colega Eros Schettini Roman, Diretor de Base na ETE de Catanduva, ela participou das audiências realizadas em São José do Rio Preto e Barretos.

Vale lembrar que a insistente luta organizada Sindicato em relação à LDO/LO tem trazido conquistas. Em 2005, durante as votações da LO, o Centro foi contemplado com R\$ 30 milhões a mais no orçamento para 2006.

Você sabia que a manutenção do vínculo do Ceeteps com a Unesp, decisivo na luta contra a privatização, é fruto da luta da categoria?



Debate e formação

"A reforma do Estado está na base dos ataques ao funcionalismo", diz professor da USP

Palestra foi feita durante o seminário que inaugurou o novo espaço do Sindicato

As políticas públicas e o financiamento da Educação Profissional e Tecnológica".

Este foi o tema do seminário que inaugurou o novo auditório da sede do Sinteps, com capacidade para 50 pessoas. Como mostrou o *Boletim Sinteps* de outubro, o evento contou com quatro palestras: "O financiamento da Educação Profissional e Tecnológica Paulista", com Renato Simões, ex-deputado estadual e atual Secretário Nacional de Movimentos Populares e Políticas Públicas do PT; "A reorganização do Estado Paulista e a Educação Profissional e Tecnológica", com o professor-doutor César Minto, diretor da Associação dos Docentes da USP (Adusp); "O Fundo Nacional de Educação Profissional - FUNDEP", com Marcos Verlaine, membro do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) e "A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica", com Irineu Mário Colombo, diretor do Departamento de Articulação Institucional da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (MEC).

Nesta edição, o *Sinteps Jornal* traz mais detalhes sobre a palestra do docente da USP, por considerá-la importante na compreensão da conjuntura atual.

A reforma do Estado

Para o professor César Minto, compreender a política dos governos Serra e Lula para a educação e o conjunto do serviço público exige uma volta ao passado. Ele resgatou os primeiros documentos divulgados pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), criado à época do primeiro mandato de FHC, que procuravam estabelecer as funções do Estado, reduzindo-as ao máximo. O então ministro do MARE, Bresser Pereira, defendia que os componentes que levarão ao "Estado Social-Liberal do século 21" são quatro:

- a delimitação de seu papel através

dos processos de privatização, publicização e terceirização;

- a desregulação;
- o aumento da governança;
- o aumento da governabilidade.

Minto explicou que o conteúdo do item "a" explicita o objetivo central da doutrina, ou seja, reduzir o tamanho do Estado. "Isso implica desresponsabilizar-se pelo atendimento direto de interesses essenciais da sociedade, a duras penas consignados na Constituição Federal de 1988 como direitos sociais", ressaltou. Um dos documentos citados pelo palestrante, nesse sentido, é bem claro ao estabelecer que (...) "o Estado não deve executar diretamente uma série de tarefas. Reformar o Estado significa, antes de mais nada, definir seu papel, deixando para o setor privado e para o setor público não-estatal as atividades que não lhe são específicas" (MARE, 1997, p. 2).

De acordo com as premissas da reforma organizada por Bresser Pereira, quando a privatização não é possível ou conveniente, o Estado deve lançar mão da terceirização, como é o caso das "atividades ou serviços auxiliares (limpeza, vigilância, transporte, serviços técnicos de informática, processamento de dados etc). Se, por sua vez, a terceirização não for viável, deverá ser substituída pela "publicização". Minto explicou o significado deste "moderno" termo. "Trata-se de um conceito forjado com a finalidade de transferir para o setor público não-estatal, ou seja, para as Organizações Sociais, os serviços sociais e científicos, como é o caso das universidades, hospitais, centros de pesquisa, museus e outros, que ainda



A palestra do professor César Minto (no destaque), durante o seminário que inaugurou o novo espaço do Sinteps

ao capital privado) seguem o mesmo receituário neoliberal. A iniciativa atual do governador José Serra, que contratou uma empresa de auditoria para levantar o patrimônio de 18 estatais paulistas, também se inscreve na mesma política. Entre elas, estão o Metrô, CPTM, EMTU, Cetesb, Sabesp etc, todas passíveis de privatizações futuras, segundo Serra.

"As pessoas têm uma certa dificuldade em entender as políticas

públicas, mas sabemos que elas estão ancoradas num arcabouço político, que se impõe mais fortemente quando não há resistência popular", finalizou Minto.

são prestados diretamente pelo Estado".

"A reestruturação do Estado foi um dos principais empreendimentos dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, permanecendo intocada no governo atual", frisou Minto, lembrando que o próprio governo Lula fez questão de afirmar que a reforma do Estado ganhou força no atual mandato, com a aprovação das reformas tributária, previdenciária e do Judiciário.

Citando ainda outros documentos da época, o palestrante demonstrou que as privatizações que se seguiram, bem como as que vêm sendo feitas atualmente pelo governo Lula (como a recente entrega da exploração das rodovias federais

Confira na próxima edição

Veja a cobertura completa do V Congresso dos Trabalhadores do Ceeteps, que acontece de 12 a 16 de dezembro, em Caraguatatuba. Além de discussões gerais sobre a conjuntura política e sindical, são feitos balanços da atuação da entidade e traçados planos de luta para o período seguinte. O Congresso também será uma oportunidade de discussão e preparação da greve marcada para início em 1º de março de 2008. Confira!

Qualificar é desenvolver?

Confira seus direitos

Você sabe como funciona o descanso semanal remunerado?

* Por **Jamil Hassan**



Hoje, vamos esclarecer algumas dúvidas sobre um assunto que atinge a todos. Trata-se da forma de pagamento do descanso semanal remunerado, também conhecido como DSR. Segundo a legislação atual, a fórmula do cálculo para funcionários e servidores comuns é muito simples: soma-se todo o salário do mês e acrescenta-se mais 1/6 (este é o valor correspondente ao DSR). Já para os professores, a fórmula de cálculo é diferente: o valor da remuneração de uma semana deve ser multiplicado por 4,5 e, sobre o valor total, acrescentar 1/6.

Para os professores, o Centro Paula Souza usa uma fórmula diferenciada, que reduz o valor do DSR, causando-lhes prejuízo. O Ceeteps simplesmente multiplica o valor da semana por 5, incluindo aí 0,5 de DSR, já que 4,5 correspondem ao salário.

Para que o defeito seja corrigido, é necessário o ajuizamento de uma ação. Muito embora seja morosa, ela garante o pagamento retroativo dos valores devidos. Em quase 99% dos casos, a ação é julgada procedente.

Alguns professores, que se beneficiaram da ação, reclamaram que houve redução do salário, o que não é verdade. Pela fórmula antiga, o salário semanal era multiplicado por 5; pela fórmula nova a multiplicação é por 4,5, acrescido de 1/6, que vem discriminado como DSR. Há a falsa impressão de que o valor diminuiu, mas, ao contrário, o que antes era pago como salário agora vem parcialmente como DSR.

Para conferir se o valor

está correto, basta usar uma das duas fórmulas: salário da semana multiplicado por 4,5, acrescido do adicional de 1/6, ou multiplicar o valor do salário da semana por 5,25; o resultado será o mesmo. Com certeza, irá representar mais do que realmente vem sendo pago pelo Centro Paula Souza. Se você está com problema em seu DSR, envie os documentos para o Sinteps (relação abaixo), para que possamos exercer juntos esse direito.

A ação pode ser proposta por quem está trabalhando, obtendo efeito retroativo equivalente a cinco anos pagos em única parcela; após trânsito definitivo da sentença, passará a integrar por definitivo o salário dos professores. Para aqueles que não laboram mais no Centro, é possível propor a ação, desde que o desligamento tenha ocorrido há menos de dois anos.

Caso você ainda tenha alguma dúvida, encaminhe-as ao Sinteps por e-mail (juridico@sinteps.org.br) ou agende um horário para conversar pessoalmente e esclarecer outras dúvidas, em nosso atendimento jurídico às quartas-feiras, na sede do Sinteps.

Documentos necessários: procuração, declaração de pobreza, cópia CTPS ou contrato, cópia dos últimos três recibos de pagamento, cópia RG e CPF.

* **Jamil Hassan** é advogado, do Escritório **J. Hassan Advogados Associados**, que presta assessoria ao Sinteps

Artigo assinado por secretário e superintendente, publicado na Folha, explicita política Tucana para o Ceeteps

No dia 27 de novembro, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou artigo assinado pelo vice-governador paulista e secretário de Desenvolvimento, Alberto Goldman, e Laura Laganá, superintendente do Ceeteps, intitulado “Qualificar é desenvolver”.

O texto é aberto com a citação de um recente estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que afirma faltar um trabalhador qualificado para cada quatro vagas com carteira assinada abertas pela indústria. Segundo os autores, “esses dados confirmam a importância da decisão do governador José Serra de definir como uma das prioridades de sua gestão a expansão do ensino técnico e tecnológico, que hoje já está sendo realizada no estado”.

Em 2008, segundo o artigo, haverá uma ampliação de 88,5% de vagas do ensino médio, 33% no ensino técnico e 48% no ensino superior tecnológico. Até 2010, o total de matrículas nos cursos técnicos saltará de 75 mil para 175 mil matrículas; de 24 mil para 70 mil no ensino médio; e de 22 mil para 46 mil no superior tecnológico. “Quando concluída essa ampliação, o Centro Paula Souza será responsável por 80% das matrículas do ensino técnico no estado de São Paulo”, ressaltam Goldman e Laura.

Os articulistas desfilam uma série de elogios à qualidade e diversidade dos cursos oferecidos pelo Ceeteps, citando como exemplos como os ótimos resultados no último Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Ante essa realidade – conclui o artigo – o governo paulista alocará o dobro dos atuais R\$ 450 milhões e “terá como meta incrementar sua infra-estrutura, modernizando seus laboratórios, capacitando seus professores e melhorando os vencimentos de seus servidores.”

O outro lado da moeda

Diante das afirmações contidas no artigo assinado pelo

secretário e pela superintendente, o Sinteps considerou necessário enviar uma nota à *Folha*. Mostrando parcialidade diante do assunto, o jornal não divulgou sequer um trecho do texto elaborado pelo Sindicato.

O primeiro aspecto destacado na nota é a necessidade de esclarecer que o Centro não “qualifica” seus estudantes. “Oferecemos-lhes uma formação técnica e tecnológica, o que é muito diferente de qualificar. Há cursos específicos de qualificação de mão-de-obra, porém, estes não constituem uma modalidade formal de educação, de forma que são considerados cursos livres”, diz o texto.

A resposta do Sinteps lembra, ainda, que a enorme expansão do sistema de ETE’s e FATEC’s começou em 2000, na gestão do governador Geraldo Alckmin, e está sendo seguida pela atual gestão nos mesmos moldes eleitoreiros e irresponsáveis, uma vez que não vem acompanhada dos recursos necessários à manutenção da qualidade do sistema. O Sindicato também destaca que os salários dos professores e os funcionários do Ceeteps têm o triste status de pior salário da região sudeste do Brasil na área de educação.

“Pelos dados do SIGEO - Sistema de Gerenciamento da Execução Orçamentária da Assembléia Legislativa de São Paulo, observa-se o contingenciamento das verbas de custeio e investimento em todos os anos, o que impede a melhoria das condições de trabalho e de desenvolvimento pedagógico”, diz outro trecho da resposta, ressaltando também que, ao contrário do que apregoa o artigo de Goldman e Laura, o orçamento de 2008 é, proporcionalmente ao número de vagas abertas, 15% menor do que o de 2007.

“A expansão do sistema sem a devida contrapartida de verbas vai acabar, em pouquíssimo tempo, com a qualidade dos serviços que oferecemos à população, fruto da dedicação diária dos profissionais e dos alunos das ETE’s e FATEC’s”, conclui o texto.

Convênios

O verão está aí... hora de curtir a praia



Colônias de férias

Estão abertas as inscrições para as colônias de férias, com as quais o Sinteps mantém convênio, para os meses de dezembro/07, janeiro/08 e fevereiro/08. São duas opções:

1) Pousada das Araras, em Ubatuba

O valor da diária, por pessoa, com café da manhã, segue os preços abaixo:

- Filiados do Sinteps e dependentes acima de 8 anos - R\$ 40,00
- Crianças dependentes (3 a 8 anos) - R\$ 15,00
- Convidados (acima de 8 anos) - R\$ 50,00
- Crianças convidadas (3 a 8 anos) - R\$ 25,00

No Reveillon e no Carnaval, os preços mudam para:

- Filiados do Sinteps e dependentes acima de 8 anos - R\$ 50,00
- Crianças dependentes (3 a 8 anos) - R\$ 20,00
- Convidados (acima de 8 anos) - R\$ 60,00
- Crianças convidadas (3 a 8 anos) - R\$ 30,00

2) Colônia de férias da AOJESP (Associação dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo), em Caraguatatuba

Diária por pessoa, com pensão completa (café, almoço e jantar):

- Filiados do Sinteps - R\$ 83,00
- Filhos (3 a 6 anos) - R\$ 42,00
- Filhos (7 a 12 anos) - R\$ 59,00
- Filhos (13 a 20 anos) - R\$ 83,00

Diária por pessoa, com meia pensão (café e jantar):

- Filiados do Sinteps - R\$ 78,00
- Filhos (3 a 6 anos) - R\$ 37,00
- Filhos (7 a 12 anos) - R\$ 54,00
- Filhos (13 a 20 anos) - R\$ 78,00

Diária por pessoa, com café da manhã:

- Filiados do Sinteps - R\$ 73,00
- Filhos (3 a 6 anos) - R\$ 32,00
- Filhos (7 a 12 anos) - R\$ 49,00
- Filhos (13 a 20 anos) - R\$ 73,00

Obs: Para ambas as colônias, o pagamento integral será feito no ato da reserva. Reservas acima de R\$ 500,00 podem ser parceladas em até três vezes, sendo a primeira no ato da reserva e as outras duas com cheques para 30 e 60 dias. Não há cobrança de taxas de serviços e as diárias iniciam-se e encerram-se ao meio-dia.

Hopi Hari e Play Center

O Sinteps também possui convênios com o Hopi Hari e o Play Center. Na compra de dois passaportes para o Hopi Hari, o terceiro é gratuito. Os passaportes do Play Center retirados no Sindicato dão direito a desconto especial, variável de acordo com a promoção do momento. Em ambos os casos, a compra pode ser efetuada diretamente no Sinteps ou solicitada pelos fones (11) 3313-1528 e (11) 3313-5385 (com Ivone) ou pelo e-mail tesouraria@sinteps.org.br.

Debate Cultural

A Educação Patrimonial e o traquejo cultural

* Por Clóvis Roberto dos Santos Filho



Na Era A.R. (antes da reforma do ensino técnico), o estudo do patrimônio cultural nos cursos profissionalizantes (públicos e privados) era restrito à optativa disciplina História da Arquitetura, na área de Construção Civil, e a algumas disciplinas da grade curricular do ensino médio. Espera-se, nestes tempos P.R. (pós reforma), que tantas mudanças danosas trouxeram ao ensino técnico (como a separação entre propedêutico e profissionalizante), que ao menos a Educação Patrimonial (prevista nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN 1997/98) não esteja na lista de "bens tomados abandonados", com isoladas e heróicas experiências de abnegados educadores.

No estado de São Paulo, convivemos com riquezas culturais pouco difundidas: geográficas (regiões litorâneas, planaltos, serras, cerrados, bacias hidrográficas e marítimas), regionais (Alta Mogiana, Sorocabana, Vale do Ribeira, Noroeste, Vale do Paraíba, Baixada Santista...); sotaques, culinárias, festividades religiosas, arquiteturas e ferrovias. Como conciliar o resgate deste vasto patrimônio com a crescente industrialização interiorana, ocupação litorânea desenfreada, desmatamento generalizado e a monocultura canavieira? Felizmente, alguns municípios paulistas possuem órgãos de preservação patrimonial, como é o caso do paulistano COM-PRESP; que agem de forma independente de nosso órgão estado-

al CONDEPHAAT e do federal IPHAN, atuando na preservação de seus bens culturais materiais e imateriais.

Professores e cidadãos interessados em Educação Patrimonial constantemente deparam com informações e documentações imprecisas. Emblemático é o caso paulistano do Pátio do Colégio, onde é veiculada a falsa informação (à população) de que aquele conjunto arquitetônico jesuítico (outrora convento, escola e igreja em taipa de pilão) é original e restaurado. Infelizmente, o que vemos no Pátio é uma constrangedora réplica construída gradativamente (com materiais e técnicas construtivas contemporâneas) sobre parcos vestígios de taipas, a partir do quarto centenário de São Paulo de Piratininga. Neste ano de 1954, a Companhia de Jesus retoma, após dois séculos, o prédio confiscado pelo governo (decreto do Marquês de Pombal, no séc. XVIII); após 1759, o complexo foi reformado, descaracterizado, desmoronou-se (preservação e restauro são preocupações brasileiras do século XX) e, até 1908, foi sede do Palácio do Governo.

Educadores e simpatizantes: mãos à obra e com traquejo cultural sempre. Nosso Patrimônio agradece!

* **Clóvis Roberto dos Santos Filho** é bacharel em Arquitetura e especialista em "Patrimônio Arquitetônico: Preservação e Restauro"

Festa de encerramento será no dia 21/12

Fechando o ano e esquentando as baterias para 2008, acontece no dia 21 de dezembro a tradicional festa do Sinteps. Vai ser no Solar da Cantareira, na capital. No mesmo dia, pela manhã, na sede do Sinteps, será realizada a última reunião do Conselho de Diretores de Base (CDB), que terá entre seus pontos de pauta a eleição dos novos Diretores Regionais.

O Sinteps colocará ônibus para o local, com saída de sua sede (Praça Coronel Fernando Prestes, 74, Bom Retiro, São Paulo), às 11 horas, logo após o término da reunião do CDB.

Para participar da festa, basta confirmar sua ida pelo telefone (11-3313-1528) e comparecer ao local da saída do ônibus, no horário marcado. Se desejar levar acompanhante, o valor definido é de R\$ 30,00.

Lula lá, Serra aqui...

Privatização de rodovias federais e ofensiva contra estatais paulistas expressam nova etapa neoliberal

No dia 9 de outubro, cerca de 12 mil quilômetros de sete rodovias federais foram entregues a grupos privados, em sua maior parte estrangeiros, que ganharam o direito de explorar 36 postos de pedágio de vias como a Fernão Dias (São Paulo/Belo Horizonte) e Régis Bittencourt (São Paulo/Curitiba). Só a espanhola OHL levou cinco estradas, enquanto a sua conterrânea Acciona abocanhou uma. A BRVias, única brasileira no processo, ficou com outra.

Ao final do leilão, o presidente Lula considerou o resultado "espetacular" (*Folha de S. Paulo*, 10/10/2007). Resta perguntar: para quem? A resposta é simples: para as empresas, que pagaram muito menos do que vão receber em lucros nos próximos 25 anos. De acordo com o contrato assinado, 70% dos gastos em manutenção e conservação dos cinco trechos arrematados no leilão serão financiados pelo BNDES. Em outra palavra, dinheiro público. Para os usuários, como bem mostra o caso de São Paulo (de 1998 até hoje, o preço dos pedágios cresceu 70% acima da inflação), restará o prejuízo.

O processo de privatização das rodovias federais, iniciado pelo governo FHC há 10 anos, chega ao fim pelas mãos do governo Lula, que se esforça

para superar o antecessor na condição de fiel cumpridor da receita neoliberal.

Em São Paulo

Seguindo a onda que sopra de Brasília, o governador José Serra abriu um processo de licitação para contratar uma empresa que terá a tarefa de levantar o patrimônio de 18 estatais paulistas, para "eventuais" terceirizações de serviços, privatizações parciais ou totais. Entre elas, estão o Metrô, Nossa Caixa, Sabesp, CESP, CDHU, CPTM), Instituto de Pesquisas Tecnológicas, entre outras. De acordo com dados do mercado de capitais, a venda das 18 estatais poderia render cerca de R\$ 30 bilhões ao governo.

O pano de fundo da crise

As privatizações de Lula e Serra têm o mesmo pano de fundo. A crise econômica mundial, que se expressa mais agudamente no mercado norte-americano, significa um balde de água fria nas expectativas de grande crescimento econômico para países como o Brasil no próximo período. De acordo com o receituário neoliberal, a saída para os governos é fazer uma nova investida com o que restou de patrimônio público. Tanto os antecessores de Lula quanto os de

Serra realizaram grandes privatizações no país (Vale do Rio Doce, CSN etc) e em São Paulo (Banespa, Eletropaulo, CPFL, parte da CESP etc) durante a década de 90. Agora, querem vender o que restou.

Às privatizações, somam-se novos ataques: em escala federal, uma nova etapa da Reforma da Previdência e a tentativa de conclusão das reformas sindical e trabalhista. No âmbito estadual, os ataques de Serra ao Centro Paula Souza e às universidades estaduais no início do ano, estancados momentaneamente com a luta da comunidade acadêmica, a criação da São Paulo Previdência (SPPrev), entre outras iniciativas, fazem parte do mesmo cenário.

Em todos estes casos, a reação da maioria explorada da população continua sendo o diferencial. No dia 24 de outubro, foi realizada uma grande Marcha a Brasília, organizada por entidades sindicais combativas de todo o país. Que seja mais um passo na construção da resistência aos ataques neoliberais de Lula, Serra e cia.



Plebiscito

94,5% querem anular privatização da Vale do Rio Doce

O grande plebiscito popular realizado na semana da Pátria mostrou que a maioria da população brasileira aprova a proposta de anulação do leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, vendida durante o go-

verno FHC, em 1996. Dos 3,729 milhões de pessoas que participaram da consulta, 94,5% responderam NÃO à pergunta "A Vale deve continuar nas mãos do capital privado?".

A venda da Vale, maior mineradora de ferro do mundo, foi escandalosa. A empresa foi entregue por R\$ 3,3 bilhões de reais, 28 vezes menos do que o seu valor real, na época estimado em cerca de R\$ 92 bilhões. Outra irregularidade: embora tenha feito parte do processo de avaliação, o Banco Bradesco participou, de maneira camuflada, da compra da empresa. A "avaliação" deixou de lado parte do patrimônio da Vale (ferrovias, portos etc), bem como sua tecnologia e os recursos naturais que poderia explorar (titânio, urânio, calcário, estanho, granito, zinco e outros).

De tudo ficam três coisas: a certeza de estar sempre começando, a certeza de que é preciso continuar e a certeza de ser interrompido antes de terminar. Fazer da interrupção um caminho novo, fazer da queda um passo de dança, do medo, uma escada, do sonho, uma ponte, da procura, um encontro.

(Fernando Pessoa)

Parafraseando o poeta, o Sinteps deseja um novo ano colorido de novos caminhos, novos passos de dança, sonhos renovados, grandes procuras, grandes encontros!

Feliz 2008!